

**Importancia de la Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares y  
Emprendimientos Solidarios en una Universidad de la Amazonia Brasileña**  
IMPORTANCE OF THE TECHNOLOGICAL INCUBATOR OF POPULAR COOPERATIVES AND SOCIAL  
SOLIDARITY PROJECTS IN A UNIVERSITY IN THE BRAZILIAN AMAZON

**Farid EID(\*), Maria José de SOUZA BARBOSA(\*\*)  
Armando Lírio de Souza (\*\*\*)**

**RESUMEN**

El artículo tiene como objetivo contribuir a la profundización del debate sobre la importancia de la Universidad Pública de compromiso con las luchas sociales por una sociedad igualitaria. En este sentido, se presenta una construcción de experiencias concretas de la inseparabilidad de las actividades de educación, enseñanza, investigación y extensión, en el Programa de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares y Emprendimientos Solidarios de la Universidade Federal do Pará. Se trata de una formación práctica de ejercicio y asesoramiento técnico a las asociaciones y cooperativas populares, a partir de una metodología de incubación, que busca fortalecer a los trabajadores asociados. La capacitación y asistencia técnica se planifican de manera participativa con el fin de satisfacer las demandas de estos colectivos, basado en el intercambio de conocimientos teóricos y prácticos en la transformación de la realidad social en la búsqueda de carácter económico, social y ambiental de la autogestión en la construcción de estrategias para "otro mundo posible".

**ABSTRACT**

The article aims to contribute to the deepening of the debate on the importance of the Public University in commitment to social struggles for an egalitarian society. In this sense, we present a concrete construction of the inseparability of the activities of teaching, research and extension education, namely the Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Emprendimentos Populares da Universidade Federal do Pará. It is an exercise providing training and technical assistance to associations and popular cooperatives, from an incubation methodology, aiming at strengthening the associated workers. Training and technical assistance are planned in a participatory manner in order to meet the demands of these collectives, based on the exchange of theoretical and practical knowledge in the transformation of social reality in the pursuit of economic, social and environmental character of self-management in the construction of strategies for "another possible world".

---

RECIBIDO: 09/10/2013 / ACEPTADO: 18/11/2013

\* Professor da Universidade Federal do Pará – Brasil. Correo electrónico: fe9998@gmail.com

\*\* Professora da Universidade Federal do Pará – Brasil. Correo electrónico: mjsb.ufpa@gmail.com

\*\*\*Professor da Universidade Federal do Pará – Brasil. Correo electrónico: armandolirio@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Pará (ITCPES/UFPA) foi criado em outubro de 2000 e tem como missão realizar a incubação de empreendimentos solidários e a formação técnico-científica dos seus trabalhadores associados, integrando ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os movimentos sociais. O seu objetivo é contribuir com o desenvolvimento regional e local sob os princípios da economia solidária, apoiando a criação e o fortalecimento de cooperativas populares e empreendimentos solidários; desenvolvendo práticas de organizações associativas buscando a sustentabilidade econômica, social e ambiental de caráter autogestionária, articuladas com políticas públicas de geração de trabalho e renda.

Em dezembro de 2012, a ITCPEs contava com uma equipe de trinta e uma pessoas de diversas áreas de conhecimento entre professores, técnicos e bolsistas, com formação multidisciplinar em economia, serviço social, engenharia ambiental, engenharia de alimentos, contabilidade, antropologia, sociologia, pedagogia, agroecologia, direito, administração, turismo, biblioteconomia e design industrial. Para execução de suas atividades, teve apoio financeiro do Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio da FINEP e do CNPq, do Desenvolvimento Agrário, do **Ministério do Desenvolvimento Social**, do Ministério do Trabalho e Emprego, FADESP e FAPESPA, além das atividades de cooperação com a Universidade Federal Rural da Amazônia, com o Instituto Federal do Pará Campus de Castanhal e com a Universidade de Alicante na Espanha, principalmente, com as diversas cooperativas e associações de trabalhadores associados.

Dentre os mais de trinta projetos executados desde sua criação, oito encontravam-se em andamento, em dezembro de 2012: a) Tecnologia e Inovação Social: Incubação de Empreendimentos Econômicos – TISEES (Gemas e Joias); b) Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários **da Cadeia Produtiva da Aquicultura e Pesca**; c) Centro de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana; d) Centro de Formação em Economia Solidária da Região Norte – CFES Norte; e) Formación en Agroecología, Cooperativismo y Economía Solidaria en la Región Nordeste de Pará, em cooperação com a Universidade de Alicante (Espanha); f) Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará; g) Incubação de empreendimentos econômicos solidários da cadeia produtiva do turismo no estado do Pará; h) Incubação de empreendimentos econômicos solidários no estado do Pará; i) Incubação de empreendimentos solidários agroalimentares na ilha de Mosqueiro – Belém, Pará; j) Programa de Incubação de Incubadoras e Empreendimentos Econômicos Solidários (INCUBADORA, 2012).

Para atingir seus objetivos, um conjunto de atividades esteve voltado ao estudo e à pesquisa para a formação profissional de sua equipe e da população beneficiária, centrada na realidade local; bem como, na troca de conhecimentos entre o técnico-científico e o popular, acumulados em sua trajetória, tendo como eixo pedagógico a educação popular. Neste processo, a aplicação do binômio ensino-aprendizagem procura privilegiar a metodologia da pesquisa-ação, em que os beneficiários são protagonistas do planejamento e da execução em todas as atividades do projeto.

O histórico da Incubadora mostra que, embora se trate de um programa relativamente recente, com doze anos, tem um acervo considerável sobre as atividades desenvolvidas, seja no âmbito de estudos e pesquisas, particularmente diagnósticos socioeconômicos sobre empreendimentos comunitários, seja na produção de artigos, dissertações de mestrado, capítulos de livros, livros, *banners*, cartilhas, cartazes e outros, visando à divulgação dos trabalhos desenvolvidos, seja, ainda, na elaboração de relatórios de visitas técnicas de acompanhamento e assessoria às cooperativas populares e empreendimentos solidários, mas também em projetos sociais voltados à alfabetização de jovens e adultos em assentamentos rurais da reforma agrária da Região da Transamazônica; este, beneficiando cerca de sete mil trabalhadores rurais.

A amplitude da abrangência das ações da Incubadora deve-se à compreensão adquirida ao longo da experiência de incubação de empreendimentos associativistas, o que gerou uma capacidade tecnológica para potencializar a inserção produtiva dos trabalhadores urbanos e rurais, possibilitando uma mobilização que é, ao mesmo tempo, política, econômica e social. Essa forma de ação tem como perspectiva garantir o acesso a políticas públicas como crédito, investimento em tecnologia social, educação, política ambiental etc. Assim, busca-se o desenvolvimento da organização econômica e social, fortalecendo as reivindicações por cidadania plena, consideradas fundamentais para as políticas de geração de trabalho e renda.

A organização do acervo é dada pela construção coletiva na relação direta entre o público beneficiário, alunos de graduação e pós-graduação, professores e técnicos, num processo de troca de experiências de vidas singulares e de perspectivas teórico-analíticas diferenciadas, na construção de massa crítica que é, ao mesmo tempo, formado pela subjetividade de cada pessoa envolvida na interação de saberes e conhecimentos. A objetivação desse movimento concreto de fusão se dá, necessariamente, no processo de imersão na realidade empírica e na participação de cada sujeito envolvido no trabalho de incubação (INCUBADORA, 2012).

Outro aspecto importante dessa experiência é a participação na Rede Unitrabalho, em que a prática do Programa de Economia Solidária fortaleceu o intercâmbio com outras Incubadoras de Empreendimentos Populares

e grupos de extensão e pesquisa que atuam em universidades públicas brasileiras. A Incubadora por meio do Projeto de Incubação de Incubadoras possibilitou a criação de outras Incubadoras no Estado do Pará, como a Incubadora da UFPA – Campus Marabá, a INCUBITEC, Incubadora do IFPA – Campus Castanhal, Incubadora da Universidade Rural da Amazônia, a Incubadora Municipal de Políticas de Públicas no Município de Igarapé Miri.

A participação em eventos nacionais, regionais, estaduais e locais tem ampliado a difusão do trabalho da ITC PES, bem como, o aprendizado de novas estratégias no refinamento do trabalho de incubação, por exemplo, com o debate sobre a importância estratégica da organização de pequenas cadeias produtivas autogestionárias para ampliar a capacidade de resistência destes empreendimentos populares. Este intercâmbio possibilita a ampliação da abordagem teórica e a realização de reflexões sobre os resultados obtidos junto aos empreendimentos associativistas, percebendo a amplitude, as dificuldades e as reais possibilidades de concretizar experiências que garantam autonomia e inserção produtiva dos trabalhadores urbanos e rurais (INCUBADORA, 2012).

### **SOBRE O PROTAGONISMO DOS BENEFICIÁRIOS E A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO GESTOR**

A gestão das atividades e ações de implantação de um projeto é de responsabilidade de um coordenador geral, o qual, juntamente com os coordenadores das áreas, organizam as atividades e o acompanhamento das equipes de trabalho, a partir da realização de um planejamento estratégico participativo, com a estruturação de um Conselho Gestor, visando à divisão de tarefas e atividades, inicialmente de formação interna da equipe na relação direta com o público beneficiário.

Estas ações iniciais visam garantir a organização das atividades de pesquisa-ação necessárias à gestão compartilhada, tendo em vista a unidade dos processos de operacionalização das diferentes fases de execução do projeto e da difusão científica e tecnológica de seus resultados.

Esta formatação tem como uma das atividades iniciais a organização dos mecanismos de mobilização e sensibilização dos pesquisadores e ainda do público beneficiário, a fim de integrá-los à estrutura da gestão.

A partir de então é formado um Conselho Gestor, sob a responsabilidade do coordenador geral, dos coordenadores de áreas e das principais lideranças dos trabalhadores associados, os quais comporão o Conselho. Este tem como função principal definir o planejamento e encaminhar as atividades necessárias ao cumprimento das metas e objetivos traçados, além de criar os

critérios para o monitoramento e a avaliação das fases do projeto conforme os parâmetros e procedimentos seguintes: a) reuniões mensais para identificar necessidades e definir ações correlatas aos problemas apresentados; b) sistematização das atividades para a elaboração de relatórios mensais a trimestrais das atividades desenvolvidas, visando o acompanhamento dos procedimentos do projeto; c) elaboração de documentário áudio visual e fotográfico para a constituição de um acervo das fases de execução do projeto, bem como, para a memória das ações desenvolvidas, tendo em vista a replicabilidade da experiência; d) realização dos cursos e oficinas de formação e capacitação para o público beneficiário e equipe do projeto; e) realização de seminários e workshops para consolidação dos dados para a elaboração dos relatórios das atividades parciais e do relatório final.

Nestes espaços de discussão coletiva são expostas as experimentações e vivências de cada equipe, para que se façam reflexões e encontrem soluções para as dificuldades e obstáculos enfrentados. Nestes, caberão questionamentos e contribuições de todos, para a resolução dos problemas, mas também para a elaboração de registros descritivos, audiovisuais e fotográficos das diferentes fases e processos do projeto, além da sistematização em relatórios e artigos científicos com base nos resultados, que são forjados a partir de debates e encaminhamentos com a participação dos membros do Conselho Gestor.

E ainda, para a tomada de decisões quanto aos processos de formação da equipe e das entidades participantes, são realizadas oficinas de formação envolvendo a equipe de pesquisadores, alunos de graduação e de pós-graduação, além de eventuais consultores e pesquisadores convidados a fim de aprofundar metodologias, sobre a interação de saberes acadêmicos com os saberes populares e, sobre a construção participativa e a troca de conhecimentos aos beneficiários, obtidos no âmbito do projeto. Podem ainda constar de processos de articulação com outras ações e políticas públicas complementares às metas traçadas.

A prática da transparência no uso dos recursos é um dos princípios norteadores das ações. Daí a importância dos seminários enquanto espaço de discussão e de uso adequado dos recursos, para consolidar a prestação de contas do projeto como um todo. O envolvimento dos beneficiários no processo de gestão visa esta transparência e o compartilhamento das ações, prevendo a integração dos diferentes agentes públicos que figurem no cenário territorial, fator chave para o desenvolvimento das metas do projeto.

Entende-se que a participação dos atores assegura a continuidade do projeto e das metas iniciais herdadas do plano de trabalho, sob a forma de autogestão. Assim, a inserção de representante dos beneficiários no Conselho Gestor de cada projeto se constitui em uma estratégia de manutenção das ações desencadeadas, quando se promove efetivamente a estruturação de um arranjo institucional, portanto, uma rede com ações coordenadas, que possibilitem não só o andamento dos trabalhos, mas também a exequibilidade

do projeto no que tange à utilização dos recursos e o compartilhamento da gestão na fase de implantação e execução do mesmo.

O Conselho Gestor por projeto oferece suporte à elaboração de novos projetos sociais em conjunto com os beneficiários, os quais estarão sob a responsabilidade dos coordenadores e dos pesquisadores, em cooperação, mas com a participação efetiva dos beneficiários diretos.

Cabe à coordenação fazer os encaminhamentos necessários para a execução das atividades planejadas, bem como, da articulação interna da equipe para a difusão dos resultados e inovações decorrentes da sistematização das discussões no âmbito do projeto.

Este Conselho Gestor também é responsável pelos relatórios parciais e final os quais são discutidos em *workshops* planejados exclusivamente para esse fim. O evento visa à apresentação dos resultados finais das ações desenvolvidas, mas também de estudos, produtos e serviços realizados, dimensionando as experiências e o potencial de eficácia e de inovação, potencializando a replicabilidade da cooperação (INCUBADORA, 2012).

### **MARCO METODOLÓGICO DA INCUBAÇÃO: INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é um pressuposto estratégico e determinante, na concepção de educação em economia solidária associada à interdisciplinaridade. Essa diretriz, marca a proposta de valorização das diferentes formas de conhecimento em interação, ou seja, entre o popular e o acadêmico no desenvolvimento de projetos, cuja ênfase é o trabalho associado em suas múltiplas dimensões, social, econômica, política, cultural, ambiental entre outras, na medida em que se articulam os processos de formação e assistência técnica em nível da pesquisa, do ensino e da extensão com a troca de conhecimentos e com a produção de novos conhecimentos centrados nos sujeitos protagonistas da ação, isto é, do projeto em execução.

Neste sentido, a Incubadora tem como propósito contribuir com os processos de qualificação profissional ancorados na realidade dos sujeitos da ação a fim de contemplar processos efetivos de interação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando maior integração entre a Universidade e os sujeitos sociais em movimento. Por essa razão, a Incubadora leva em consideração as características e especificidades ecológicas, a realidade sociocultural e econômica dos sujeitos da ação de incubação, sob os efeitos da delimitação dos territórios como uma condição de atendimento da demanda dos movimentos sociais. Neste campo a interdisciplinaridade é indispensável, na medida em que contribui para problematizar a realidade dos sujeitos, mas também para encontrar soluções adequadas no contexto do debate coletivo

dos diferentes sujeitos da ação, empreendimentos, pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação (SANTOS, 2011).

Essa concepção visa garantir a formação de um profissional que habilite os educandos a analisar criticamente e a repensar as formas de interação entre a Universidade e a Sociedade em estreita sintonia com a realidade social em que estejamos inseridos, com ênfase nos sujeitos da ação, contribuindo para o desenvolvimento territorial com equidade na distribuição da renda, na valorização das culturas locais e o respeito ao meio ambiente.

Trata-se, na realidade de um esforço na formação de profissionais com um conteúdo técnico-científico que trabalhe com a perspectiva da construção de estratégias de desenvolvimento voltado ao sustentável, seja no âmbito dos sistemas produtivos de pequenos agroecossistemas familiares, seja nas comunidades e organizações representativas dos empreendimentos solidários, fundamentados no desenvolvimento humano integral que tem por pressuposto formativo a omnilateralidade, os valores éticos, sociais, econômicos, culturais e políticos sob uma mesma dimensão (SANTOS, 2011).

A proposta metodológica se fundamenta numa abordagem construtivista, que releva todos os participantes de um processo pedagógico como sujeitos atuantes, que têm conhecimentos, são capazes e se educam mutuamente. Embora com papéis específicos e diferenciados professores, estudantes, organizações ou comunidades educam-se num processo coletivo de troca de conhecimentos em processo de ensino-aprendizagem, a partir do que cada sujeito sabe e do conhecimento científico já sistematizado, em diálogo com as práticas cotidianas. (BRANDÃO, 1988).

Em todos os tempos e espaços são envidados esforços na concretização de uma abordagem na qual os diversos conhecimentos dialoguem e os sujeitos qualifiquem sua práxis. Embora tenham características específicas e próprias, estes tempos e espaços, estão inter-relacionados e têm um papel importante no desenvolvimento de projetos para a evolução individual e social dos educandos, que se condicionam mutuamente, assim como de suas comunidades de origem.

Além das atividades presenciais os educandos desenvolverão, mediante orientação e acompanhamento de professores-pesquisadores, monitores e colaboradores para a realização de diagnósticos, pesquisas, elaboração e execução de projetos em propriedades familiares dos sócios dos empreendimentos e em propriedades coletivas a fim de possibilitar aos educandos estudar, pesquisar e desenvolver projetos e práticas que lhes permitam o domínio de fundamentos, princípios e bases científicas seguras para atuarem em diferentes instâncias: nos sistemas produtivos, nas comunidades e em organizações da agricultura familiar (grupos, associações, cooperativas, sindicatos) e no campo das políticas públicas.

A estrutura da formação visa atingir uma relação permanente entre instituição de ensino, educando e comunidade, articulando e valorizando o saber acadêmico historicamente acumulado com o saber popular e empírico dos sujeitos locais. Com base nesta concepção, é fundamental que as áreas de conhecimento se integrem numa perspectiva interdisciplinar, superando a fragmentação entre os saberes científicos e técnicos e os saberes voltados para a construção de novos valores e relações humanas (SANTOS, 2011).

Cabe destacar que o ponto de partida da construção do conhecimento é a realidade, as situações próximas das pessoas, dos educandos, seus contextos socioeconômicos e culturais, suas formas de organização, de produção e de inserção no mercado. Procura-se inverter neste processo, a marca mais acentuada da formação acadêmica tradicional: partir da teoria, numa estrutura disciplinar a partir de pré-requisitos para se chegar finalmente à prática.

As ações de ensino são trabalhadas na perspectiva da interdisciplinaridade, articuladas com as atividades de pesquisa e extensão, numa concepção de construção do conhecimento em “rede”, onde a disciplina é um ponto constitutivo, e não um fim, em si mesma.

A estratégia adotada é a integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão cujo suporte e a pedagogia da alternância, na qual os educandos dedicarão parte de seu tempo de formação às atividades didáticas presenciais, e outra parte a trabalhos ao exercício da prática e/ou junto à sua comunidade de origem, contemplando os aspectos produtivos, tecnológicos e político-organizacionais.

Portanto, não se trata de um objeto de estudo onde o pesquisador em campo, aplica um questionário e retira as informações necessárias para sua produção acadêmica. Aqui, a pesquisa-ação (THIOLLENT, 1991) e a interdisciplinaridade é essencial devido à participação ativa dos sujeitos no processo de incubação. Nesse sentido, a interação entre as diferentes áreas de conhecimento é mediatizada pelos planos de trabalho específicos que se tornam o ponto de partida para se encontrar a um elo comum, ou seja, elementos de ligação em busca de um conhecimento que extrapole as fronteiras de cada campo de conhecimento, possibilitando, assim, uma apreensão multifacética da realidade social.

Nesse movimento de reflexão-ação, a experiência de vida de cada pessoa, incluída a profissional, é registrada. E os pontos de vista individuais são pautados em sua formação social, econômica, administrativa, técnica, jurídico-financeiro, os quais são entrelaçados a partir de um movimento real, pois se desfaz efetivamente as linhas limítrofes das técnicas específicas, caráter advindo dos processos de produção gerado no contexto da organização taylorista do trabalho, quando a engenharia capitalista cindiu a compreensão

totalizadora, para afirmar a dominação sob a fragmentação entre o mundo da vida e o mundo do trabalho, provocando uma brutal redução na compreensão da totalidade social ao intensificar a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual.

A leitura interdisciplinar, atualizada e abrangente da relação Sociedade e Natureza (meio ambiente), suas implicações e dimensões sociais, econômicas, culturais e científico-tecnológicas é certamente o objetivo da formação dos empreendimentos solidários e de profissionais com referências, elementos e conteúdos para atuar de forma ampla e qualificada, em prol do desenvolvimento na perspectiva do sustentável, nas esferas tecnológica, social, ambiental, econômica e política, na relação entre demandas sociais, políticas públicas, formação superior de forma engajada com os movimentos sociais, contribuindo-se para geração de seres humanos sensíveis aos problemas da sustentabilidade e não na busca da lucratividade, da exploração do homem pelo homem, destruição da natureza, de modo a degradar a vida no planeta.

Por essas razões, o trabalho na ITCPES exige uma ação planejada entre diferentes áreas de conhecimento, pois esse processo garante o acompanhamento às cooperativas populares e empreendimentos solidários por meio de uma dinâmica sempre renovada.

O trabalho em equipe gera uma ação unificada, na medida em que parte de um todo, não podendo ser visto sob uma lógica segmentada e nem isolada de cada ação ou área de conhecimento. Nesse contexto, a interdisciplinaridade ganha sentido e encontra seu ponto de apoio, para religar as teias da vida social, ou seja, economia, política e sociedade, nos processos de formação dos coletivos de trabalhadores associados que se quer criativo, o qual potencializa as atividades humanas concretas.

Nesta linha de raciocínio não há, em princípio, nenhuma forma de conhecimento em si mesma ou totalizadora. O diálogo entre as diversas formas de conhecimento – popular, artístico, filosófico, científico – favorece a compreensão unificada entre a vida e o trabalho, como um todo da dimensão que é, ao mesmo tempo, subjetiva e objetiva. A compreensão desse movimento de apreensão da realidade exige abertura e vontade dos sujeitos em se envolver nos processos de reflexão-ação, ultrapassando os limites entre as esferas da vida social que foram segmentadas pelo capitalismo para garantir a reprodução da dominação de classe.

A Incubadora vive um processo dinâmico e rotativo de pessoas e projetos, pois atende a editais e, nesse sentido, tem que buscar o equilíbrio entre a formação interna e o trabalho da equipe para atender os objetivos e metas postas, o que muitas vezes nos leva a ampliar ou reduzir o número de alunos da graduação, da pós-graduação e técnicos. Destaca-se que a

mobilização de professores, técnicos e alunos de graduação e pós-graduação, vinculados às diferentes áreas de conhecimento, é uma exigência da própria dinâmica dos empreendimentos solidários, na medida em que o trabalho associado e o controle dos meios de produção, pelos trabalhadores, são realizados sob a autogestão.

A formação da equipe para atender essa necessidade é um problema constante, pois se investe em processos de orientação e minicursos, seminários e oficinas, como atividade interna, elabora-se um planejamento crítico para a execução das demandas, retomada e revisão do processo de inserção empírica, eixo central da metodologia de incubação, mas quando a equipe está formada o projeto está finalizando e se tem problemas de descontinuidade dos formadores. A cada projeto uma nova equipe se forma e precisa deixar a Incubadora.

A inserção de alunos de graduação e de profissionais é efetivada por meio de bolsas de Iniciação Científica, Iniciação Tecnológica, Apoio Técnico, Extensão I, II e III, com recursos de projetos financiados por instituições de fomento à pesquisa, à extensão e às políticas públicas como: MCT (FINEP e CNPq), MDA, MDS, MTE, MTur, MMA, MIR, MEC, dentre outros, em cooperação nacional e internacional, abrangendo ações de políticas de desenvolvimento local, desenvolvimento territorial, desenvolvimento sustentável, soberania e segurança alimentar, economia solidária, incubação, gênero, meio ambiente, movimentos sociais, cooperativismo dentre outros.

Os momentos formativos da equipe são realizados em paralelo com a execução das metas com procedimentos técnico-operativos, que nos tem levado a reflexões que possibilitam a compreensão do que foi capturado na relação indivíduo e coletivo, ou seja, o ser-mundo. Trata-se, na realidade, de um retorno ao ponto de partida para uma nova imersão, mas dessa vez, com a reformulação e a aprendizagem de novos conhecimentos e encaminhamentos de ações práticas, visando o engajamento efetivo de uma nova equipe.

O estranhamento é um elemento permanente, pois a inserção de novos componentes exige cuidados em termos de reflexão da equipe de trabalho, para que isto não se reverta em distanciamento ou mesmo a suspensão do fazer imediato e, simultaneamente, a familiarização de aspectos obscuros na relação com o público beneficiário.

Assim, é o professor-pesquisador e técnicos remanescentes que garantem a ultrapassagem desse processo de engajamento de novos membros na equipe a fim de que não haja quebra de interstício no imediato, particularmente quando cada empreendimento tem uma realidade própria que é a referência para o trabalho concreto. A realidade de cada grupo social, suas vivências cotidianas e as determinações mais gerais da formação

socioeconômica e cultural da sociedade brasileira, em particular a paraense, pois a incubação precisa estar em sintonia com essa realidade.

Assim, a equipe busca a explicação das condições de vida dos grupos sociais incubados, não somente definida pelo acúmulo de cada participante, mas fundamentalmente pelos fenômenos multidimensionais do modo de produção capitalista, um conhecimento novo, resultado da interação entre as diferentes análises que se faz na construção coletiva, isto é, com a participação de cada sujeito.

A construção de uma tecnologia social para a gestão coletiva de empreendimentos autogestionários é um desafio constante e, às vezes, exige uma ação mais efetiva e mais próxima da realidade dos grupos sociais com o qual se trabalha, bem como ações traduzidas em respeito e compreensão acerca das diferenças entre as pessoas integrantes da equipe de trabalho. As reuniões periódicas, no trabalho da Incubadora, tornam-se um espaço privilegiado para esta construção coletiva e para a avaliação das ações; momento em que a tomada de decisões é colocada em debate, bem como o processo de autoformação.

Nos debates internos e com os empreendimentos a interdisciplinaridade contribui para o desencadeamento e a realização do processo reflexivo em relação às situações com as quais se defronta na prática cotidiana; mas, também, para a socialização das decisões, para pensar ou buscar soluções para os problemas enfrentados no cotidiano da incubação.

Estes elementos são visíveis na Incubadora e na sua relação com os empreendimentos quando há a exigência da correlação entre os conhecimentos técnico-científicos à própria estrutura da realidade; momentos em que se a mediação entre os diferentes campos de conhecimento, de saberes e práticas para a construção de soluções coletivas aos problemas concretos são essenciais e mediatos e imediatos.

Nesse sentido, a crítica e a autocrítica nas atividades torna-se o eixo central da ação-intervenção-reflexão, pois é nesse âmbito que ocorre o debate e a troca de experiências entre professores, pesquisadores, técnicos, estudantes universitários e os trabalhadores associados dos empreendimentos solidários além de outros interlocutores na complexa rede mobilizada pela economia solidária na sociedade.

A gestão da Incubadora para atender esses pressupostos da formação imersa na realidade social é exercida de modo democrático, mas com ênfase na alternância de poder destacado na linha de frente das ações. A ITCPES busca a autogestão tanto na relação com os empreendimentos como na sua própria organização interna, como eixo estratégico nas tomadas de decisão.

A descentralização é a principal característica da coordenação visando atender os interesses da equipe e a participação efetiva na tomada de decisão. Com isso, a organização interna se estrutura de modo ágil e flexível para a tomada de decisões rápidas, sob diálogo entre os próprios executores da ação, um processo de aprendizagem entre as várias áreas do conhecimento inseridas no programa.

A organização do trabalho da Incubadora é realizada a partir de um processo de incubação que se constitui em um circuito pedagógico de ensino-aprendizagem quando há necessariamente o exercício prático dos conteúdos teóricos.

O planejamento participativo e a formação continuada são construídos a partir de um percurso pedagógico desenhado em cinco módulos: o primeiro refere-se à economia solidária, cooperativismo, meio ambiente e cidadania; o segundo é voltado ao planejamento e à gestão; o terceiro a cadeias produtivas e mercados; o quarto à informática e, finalmente; o quinto ao conhecimento específico relacionado à cadeia produtiva dos empreendimentos incubados, como a alimentar (fruticultura, pescado, agricultura); artesanato; vestuário etc. Todavia, este percurso pode ser alterado, ampliado ou reduzido, na medida em que são levadas em consideração as demandas e as necessidades dos próprios empreendimentos.

A ITCPES possui um comitê científico que organiza atividades de orientação da equipe, em especial, dos alunos da graduação e da pós-graduação, a fim de que possam melhorar o desempenho quanto à elaboração de documentos, a produção de conhecimento e a análise do material elaborado; coordenar o debate teórico-metodológico por meio de palestras, encontros e seminários voltados a discussões teóricas e à prática profissional, portanto, à reflexão sobre as intervenções, cujo objetivo central é fundamentar o exercício da prática e da produção de conhecimento nas diferentes áreas.

Assim, a Incubadora se constitui como um laboratório, na medida em que é um espaço onde surgem as questões de pesquisa indicadas pela necessidade de conhecer e intervir. Nestes espaços, o ensino, a pesquisa e a extensão partem da dinâmica da relação com os empreendimentos solidários.

É nesse sentido que o crescimento das demandas dos empreendimentos solidários por formação e assistência técnica passa a mobilizar as ações que se constituem como base das ações de formação voltadas à gestão, produção, comercialização nas diferentes escalas e tipos de mercado. Uma contradição interna ao modo de produção capitalista, ou seja, uma antítese cujo limite é determinado pela própria moldura da sociedade.

Na perspectiva do trabalho associado à centralidade é a vida coletiva, em que os meios de produção e a riqueza dele produzida é comum, na medida em que não uma hierarquia social, mas apenas distribuição de tarefas individuais, embora todos precisem desenvolver habilidades como a identificação de demandas, elaboração de projetos, executar uma ação, tomar decisão adequadas às capacidades técnicas necessárias e favorecidas pelo envolvimento e pela cooperação entre as diversas áreas de conhecimento.

Em realidade, a Incubadora tem contribuído para a formação de pessoal e à produção de conhecimento sobre a realidade da Amazônia, em especial do Estado do Pará. Neste sentido, possui um rico e complexo acervo, com banco de dados secundários e primários, estruturados com base em diagnósticos e análises sobre a socioeconômica local e sobre os empreendimentos solidários. No quadro 1, abaixo, pode ser observado alguns trabalhos de graduação e pós-graduação que estão nesta base de dados.

Quadro 1: Trabalhos desenvolvidos na ITCPES, 2011<sup>1</sup>.

| <b>Tese, Dissertação, Monografias de Especialização e Graduação</b>  | <b>Ano</b> |
|--|------------|
| A Política de Segurança Alimentar e Nutricional: análise da experiência do CONSAD-Arari  | 2013       |
| Desenvolvimento Sustentável na Aldeias dos Tembê-Thenetheara   | 2013       |
| Educação popular: estratégia de mobilização produtiva dos territórios na microrregião do Baixo Tocantins - Pará - Tese de doutorado em construção.   | 2012       |
| Trabalhadoras e Economia Solidária na Associação de Mulheres do Município de Igarapé Miri - ASMIM - Pará: da resistência à estratégia de desenvolvimento local. Dissertação de Mestrado - PPGSS.     | 2011       |
| Cooperativa Agrícola Resistência do Tocantins - CART: alternativa de organização sócio-produtiva do pequeno produtor rural em Cameté - Pará. Dissertação de Mestrado - PPGSS.                        | 2011       |
| Sustentabilidade de Empreendimentos Econômicos Solidários: contribuições e desafios da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal do Pará | 2010       |
| Autogestão e Heterogestão: duas formas de gestão no capitalismo contemporâneo. Dissertação de Mestrado - PPGSS.  | 2009       |
| Economia Solidária no Estado do Pará: atores, tramas e desafios. Dissertação de Mestrado - PPGSS.  | 2009       |
| Inserção da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba no Comércio Internacional. Monografia de Especialização em SS.   | 2009       |
| Iniciativas de Economia Solidária na Produção Orgânica de Base Familiar. Monografia de Especialização em SS.   | 2009       |

<sup>1</sup> Por se tratar de um Programa de extensão com inserção social na região Amazônica, com projetos e atividades desenvolvidas nos sete estados da Região Norte do Brasil, a lista seria bastante extensa. Neste sentido, relacionamos apenas os projetos dos três últimos anos.

|  |      |
|--|------|
| A Prática Profissional do Assistente Social junto aos Empreendimentos Solidários: uma nova tendência em face do trabalho assalariado. Monografia de Graduação em SS. | 2010 |
| A economia solidária: uma alternativa de autogestão das mulheres da Associação Cerâmica Chicano. Monografia de Graduação em SS.                                      | 2010 |
| Mulheres e Economia Solidária: a experiência da Ilha de Cotijuba. Monografia de Graduação em SS.   | 2010 |

Fonte: INCUBADORA (2012).

A formação profissional é constantemente renovada na mediaticidade do confronto e do cotejamento entre a realidade concreta e as categorias teórico-abstratas, sob o compromisso com a garantia de direitos sociais e especificamente no que se refere à geração de trabalho e renda sob o comando dos trabalhadores.

Assim, a Incubadora buscar formar um profissional talhado na interface com estes diferentes sujeitos, cujos suportes são as metodologias participativas, de mobilização e de sensibilização dos empreendimentos solidários, sob uma interação efetiva entre as ações e atividades consolidadas no planejamento geral, consolidado no fórum coletivo, que reúne os núcleos sob um dinâmico processo pedagógico realizado com base na educação popular.

A economia solidária, nesse sentido, responde a uma lógica de auto-organização do trabalho, uma estratégia de resistência dos trabalhadores, a partir de um movimento social que agrega outros movimentos (mulheres, quilombolas etc.). A inserção neste espaço de integração entre alunos de graduação, na condição de bolsistas de extensão e de pesquisa e de pós-graduandos tem gerado um programa de estudos e pesquisas sobre trabalho e desenvolvimento da Amazônia, com ênfase no trabalho associado.

As repercussões deste trabalho mostram-se pela promoção de ações de desenvolvimento territorial sob a perspectiva dos trabalhadores; na congregação, organização, incentivos, apoios e ajuda coletiva aos trabalhadores associados por meio de atividades individuais ou em mutirão com base em projetos coletivos; promoção de análise e troca de experiências entre os associados, sobre problemas de gestão técnica, administrativa, financeira e econômica de seus empreendimentos; promoção de capacitação profissional de seus associados e da população em geral.

No próximo item mostra-se a experiências da CODEMI e da CAEPIM situadas no Município de Igarapé Miri, enquanto empreendimentos que passaram por processos de incubação e que hoje desenvolvem uma administração autogestionária.

## COOPERATIVA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE IGARAPÉ MIRI – CODEMI

A CODEMI foi legalmente constituída em 07 de março 2006, com a participação de 64 sócios fundadores situados em diferentes localidades do município. Sua finalidade é a integração e melhoria dos produtores rurais, a fim de enfrentar os problemas relacionados à comercialização. Ao final de dezembro de 2006, a cooperativa contava já possuía 139 associados e em 2007 esse número subiu para 150. Em agosto de 2008, seu quadro social era de 216 agricultores, sendo 70% homens e 30% mulheres, distribuídos pelas localidades ou núcleos produtivos do Cagi Alto, Cagi Baixo, São Jorge, Ponta Negra, Salento, Anapú, Alto Murutipucu, Murutipucu Seco, São Lourenço e Juarimbu.

Trata-se de uma cooperativa cuja origem de suas base social são as associações Mutirão, Associação Boa Esperança, Associação Nova Aliança, AMPARI, AMPRISA, Associação de Mulheres e Associação Mutirão e da Casa Familiar Rural, com apoio vital do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que aglutinou as associações e possibilitou a consolidação da Cooperativa.

A CODEMI surgiu com o objetivo de apoiar o desenvolvimento da produção e da comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar, visando promover canais de comercialização no varejo e no atacado, principalmente da produção do açaí *in natura* e industrializado, além de outros frutos regionais e ainda a apicultura e óleos.

A organização dos associados à CODEMI é realizada por meio da criação de núcleos, por comunidade. Os coordenadores de núcleos são responsáveis em registrar e organizar a produção em suas localidades, a fim de que não haja problemas em relação a identificação da produção; são ainda responsáveis pelo transporte entrega à CODEMI para a comercialização na cidade. Essa estrutura descentralizada e com a participação efetiva cooperados, na produção da matéria-prima, na gestão e na comercialização tem garantido a sua permanência.

A cooperativa é, portanto, um instrumento de comercialização, mas também de apoio ao STR nas reivindicações de políticas públicas voltadas à pequena produção da agricultura familiar, como as políticas de formação e assistência técnica e crédito, mas também por educação adequada ao desenvolvimento rural com a inclusão de todos.

Na legalização, capacitação e acompanhamento técnico, a CODEMI teve o apoio do Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários, da Universidade Federal do Pará, via processo de incubação das associações que constituíram sua base social e ainda hoje, com a desincubação, tem ações de assessoria técnica quando solicitada.

No primeiro ano de fundação, a CODEMI comercializou 350 toneladas de açaí *in natura*, cerca de 1/3 da produção dos cooperados, injetando aproximadamente R\$ 400.000,00 na economia do município, através da venda deste produto. Sua estrutura organizacional é forte, mas ainda não tem condições de implantar uma agroindústria para processar a produção de seus associados, embora tenha a perspectiva de abranger todo o município, pois os produtores de açaí têm como principal canal de comercialização os intermediários, chamados de atravessadores, que pagam preços extremamente baixos. A agroindústria é uma meta da CODEMI, para agregar valor aos produtos.

Assim, a CODEMI foi constituída como um instrumento de organização sócio-produtiva dos trabalhadores da agricultura familiar e tem como perspectiva melhorar a qualidade de vida dos seus associados e do próprio município de Igarapé Miri, possibilitando acesso aos mercados, de forma solidária, aberta e participativa. Ainda enquanto associação Mutirão iniciou uma campanha de *marketing* do município de Igarapé Miri que passou a ser considerada a “Capital do Açaí”, por ser um dos principais produtores da microrregião do Baixo Tocantins. Todos os anos, no mês de outubro, eles promovem o festival do açaí, cuja abertura é um seminário para tratar das questões relativas às estratégias de melhoria desta microrregião.

A baixa capacidade de infraestrutura e transportes do município não oferece condições para armazenamento e escoamento da produção. Os serviços para melhoramento do açaí e outro problema para o consumo local com qualidade, pois as pequenas estruturas de beneficiamento da fruta são precárias, sem o uso de equipamentos exigidos pela vigilância sanitária. E isto acaba prejudicando a atividade produtiva do açaí.

Com base nessa informação, hoje a CODEMI, tem um espaço demonstrativo, a “Casa do Açaí”, um espaço estruturado para a comercialização com condições de higiene no processamento de açaí, atendendo as normas da vigilância sanitária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Importante destacar o papel da Universidade na formação de profissionais qualificados e comprometidos com processos de organização social e produtiva dos coletivos de trabalhadores livremente associados. Afinal, a universidade pública brasileira possui enorme dívida social junto às populações pobres que sempre tiveram muita dificuldade para ter acesso aos benefícios gerados pela Academia.

Em grande medida, os coletivos se organizam por esforços próprios, mas com competência técnica extremamente frágil para atuar no âmbito

dos mercados tradicionais e nos nichos de mercado oriundos da economia popular e solidária, vinculados ou não aos mercados institucionais.

Para isto, é estratégico o desenvolvimento das habilidades técnicas e apropriação de conhecimentos efetivos das ferramentas de gestão da produção, a agregação de valor e os mecanismos de negociação para a comercialização, todavia sem a perda de sua identidade autônoma e autogestionária. Um desafio para a construção de estratégias necessárias para a transformação da sociedade capitalista.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

INCUBADORA Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários: Relatórios de Acompanhamentos às Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários. Belém: ITCPES/CSE/UFPA, 2002 a 2012.

\_\_\_\_\_. Relatórios de Reunião e de Oficinas de Formação da ITCPES, 2004 a 2012.

THIOLLENT, Michel (1991). Pesquisa-ação. São Paulo: Cortez.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1988). A Pesquisa Participante. São Paulo: Papirus.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2011). A Universidade no século XXI: para a reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: 3º Cortez.